

GESTÃO AMBIENTAL E ESCOLA: a construção de uma atitude ambiental

João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão^{*}
Karolina Maria Bezerra Santos^{**}
Marlene Maria da Silva^{***}

RESUMO

O trabalho trata da gestão ambiental nas escolas a partir de experiências de educação ambiental. Analisar em que medida a implantação de um sistema simplificado de gestão ou um projeto de educação ambiental pode contribuir ao desenvolvimento organizacional e educacional é, na contemporaneidade, tarefa de suma importância diante da permanente necessidade de a escola contribuir na formação de cidadãos com atitudes conscientes e críticas. Nessa perspectiva, toma-se como eixo a experiência docente dos autores e a discussão teórico-reflexiva acerca das diferentes contradições e debates que permeiam o meio educacional quando a temática é a educação ambiental e sua inserção no contexto escolar. A temática em questão insere-se no âmbito da gestão ambiental, bem como se apresenta à luz da contemporaneidade de maneira holística, entre todas as áreas do saber, sendo passível de apreciação pelo público em geral, quer acredite ou se contraponha a uma excelência da prática ambiental no espaço escolar.

Palavras-Chave: Gestão Ambiental. Escolas. Atitude ambiental.

ABSTRACT

Environmental Management And School: The Construction Of An Environmental Attitude

This study deals with environmental management in schools, based on experiences in Environmental Education. To analyze how the implementation of a simplified management system or a project in Environmental Education can contribute to the organizational and educational development is a fundamental task since the school needs to contribute to develop citizens who have conscious and critical attitudes

* Licenciado em Geografia e Especialista em Gestão Ambiental - UFPE/Campus Mata Norte; Mestrando em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA. E-mail: jp-aragao@bol.com.br.

** Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco – UFPE/Campus Mata Norte. E-mail: karolina_m16@yahoo.com.br.

*** Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo - USP. Docente da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. E-mail: mms@truenet.com.br.

these days. From this perspective, the authors' teaching experience and the theoretical and reflexive discussion of different contradictions and debates that permeate the educational environment have been applied to the theme of Environmental Education and its insertion into the school context. This subject is part of the scope of environmental management besides being shown in the light of modern society in a holistic way in all areas of knowledge. The general public may, then, assess it, either believing in it or disagreeing with environmental practices in school.

Keywords: Environmental management. Schools. Environmental attitude.

INTRODUÇÃO

A gestão ambiental¹ “consiste em um conjunto de medidas e procedimentos que permite identificar problemas ambientais gerados pelas atividades da instituição, como a poluição e o desperdício, e rever critérios de atuação (normas e diretrizes), incorporando novas práticas capazes de reduzir ou eliminar danos ao meio ambiente” (DIAS, 2006, p. 28). Para D’avingnon apud Souza (2010), a gestão ambiental seria “a função gerencial de tratar, determinar e implementar políticas ambientais”, seja na esfera empresarial pública ou privada. Acreditamos, contudo, que o atual momento da humanidade, que é de crise, indica a gestão ambiental como um processo mais que meramente optativo para vê-lo, conforme expõe Dias (2006), como processo indutório da transformação evolucionária da sociedade.

O contexto que certifica a importância dessa nova indução como um processo não só adequado, mas também urgente², é expresso por realidades como a da falta de água e a da existência de conflitos no mundo atual, em virtude da escassez do recurso. É ainda Dias (2006, p. 16) quem alerta que “hoje somos a espécie dominante na Terra e temos nos transformado em uma praga, devido ao nosso comportamento predatório, egoísta, imediatista, de querer tudo, sempre mais e agora”.

Além disso, sabe-se de outras mazelas, como as alterações climáticas, a perda de solos férteis, o desaparecimento de florestas e animais, o surgimento de novas doenças, os danos à qualidade de vida humana e o encolhimento dos tempos. Conforme Dias (2006), antes do

¹ Acreditamos que a utilização de termos com a adjetivação “ambiental” seja uma imensurável redundância. Porém, tentando facilitar o entendimento e não sendo nosso propósito trabalhar o porquê de tal confusão “lingüística”, utilizaremos no presente trabalho esse tipo de arranjo gramatical.

² Como diria o professor Paulo Freire, “Mudar é difícil, mas é preciso e urgente”.

progresso humano, a sociedade estaria promovendo um suicídio coletivo da própria espécie, consolidando na contemporaneidade uma efetiva problemática ambiental. A respeito dos problemas que afetam o equilíbrio ambiental, Bigotto (2008, p. 29) defende que

Uma das principais causas da problemática ambiental foi atribuída à ciência moderna e à revolução industrial, que fizeram a distinção das ciências, o fracionamento do conhecimento e a compartimentalização da realidade em campos disciplinares confinados. Assim, iniciou-se uma busca por um método que fosse capaz de reintegrar estes conhecimentos dispersos num campo unificador do saber; um projeto para pensar as condições teóricas e para estabelecer práticas de interdisciplinaridade.

As bases da alienação humana mostram-se, contudo, muito lúcidas, à medida que identificamos, no discurso dos atores hegemônicos, as justificativas que alimentam o atual modelo de produção e consumo. Esse padrão de crescimento apoia-se ainda na manipulação das mentes, realizando um modelo social que, antes do desenvolvimento (em termos práticos, do crescimento econômico), gera, em mão única e perversa, a exclusão e a opacidade das percepções de mundo.

A incapacidade dos atores sociais controlada pelos atores econômicos hegemônicos resulta na legitimação dos processos de degradação ambiental. O que é constatado pela grande pressão sofrida pelos recursos naturais, ao terem sua capacidade de suporte suprimida pelas imposições do capital. Tem-se, na verdade, uma relação “bancária” na qual os depósitos humanos, a sua base natural, são extraordinariamente inferiores às retiradas de recursos do meio. Acerca disso, Dias explica que “a perda da qualidade de vida ocorre de uma forma generalizada, em todo o mundo. Essa perda se traduz de forma diferenciada entre os diversos povos, grupos sociais e pessoas” (2006, p. 17). É nesse contexto que a gestão ambiental surge como um processo de gerenciamento ou de revisão dos moldes de produção, do reconhecimento do homem enquanto parte de um todo, do reencontro dos saberes e do comportamento humano frente à realidade.

Fio indutor para essa nova realidade, a gestão deve incorporar tal missão como parte de seu fazer, concebendo as necessidades internas e externas em todos aqueles meios onde se exerça sua prática. Não alheia à “nova” condição, a escola surge como um dos contextos aludidos. Em sua função de realizar, em padrões formais, a educação e contribuir para

a formação de cidadãos, constitui-se em um espaço-chave para o desafio da gestão ambiental de contribuir com a mudança de comportamentos diante da vida.

Nessa perspectiva, estaria a escola cumprindo o seu papel em relação às novas demandas sociais e, principalmente, ambientais? Com base em nossas experiências no ensino privado e, especialmente, no público, acreditamos que a escola, enquanto instituição social, permanece presa a problemas de ordem estrutural e legitimados pela ineficiência das leis vigentes.

O presente trabalho é fruto de nossas preocupações enquanto profissionais do ensino e reflexo de leituras dirigidas a autores da gestão e da educação, mas, especialmente, de questões imbricadas e inter-relacionadas no mesmo ambiente. Trata-se de um esforço que visa atender uma demanda crescente por trabalhos reflexivo-analíticos acerca do dia a dia escolar e sua inserção dentro da temática ambiental e da incorporação teórica e prática na gestão educacional.

1 A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS

Optamos em iniciar a análise proposta com a seguinte pergunta: quem deve fazer gestão ambiental? Indústrias, prefeituras, instituições governamentais, instituições não governamentais, empresas privadas, organismos internacionais... Na maioria das vezes, são as respostas mais apresentadas. Poderíamos, então, nos questionar em relação a quem teve a ideia ou a qual foi a causa para limitar a tão poucas atividades ou contextos das relações humanas missão de tamanha importância. A gestão ambiental não possui remetente nem destinatário. Ela surge como fruto de um processo histórico que indica para o ser humano, em sua essência, uma necessidade que não é nova. Durante muito tempo, foram preocupações do ser humano o “quanto produzir” e o “para quem produzir”. Como nova necessidade, aparece, então, o “como produzir”, mas que na realidade pode ser traduzido como “até onde produzir”. Esse redirecionamento já se constitui como rearranjo das posturas frente ao quadro de degradação ambiental.

A crise de percepção causada pela imposição das prioridades econômicas contribuiu para a analfabetização ambiental do ser humano, o qual parecia ter ganho uma autonomia frente à natureza, suficiente para se tornar dono de si e do mundo. A realidade, porém, começou a

aparecer em feridas cruas e visíveis, inclusive, para a própria ciência, que se viu sem forças para combater os novos problemas.

Sob tal perspectiva, observamos que a gestão ambiental exige também uma reflexão sobre os moldes científicos do ensino e da educação, uma vez que os mesmos devem contribuir, conforme Morin (2004), para articulação dos saberes e não para sua fragmentação. Morin (2004, p. 16) destaca que

Devemos, pois, pensar o problema do ensino, considerando, por um lado, os efeitos cada vez mais graves da compartimentação dos saberes e da incapacidade de articulá-los uns aos outros; por outro lado, considerando que a aptidão para contextualizar e integrar é uma qualidade fundamental da mente humana, que precisa ser desenvolvida, e não atrofiada.

Na ótica do autor, a gestão ambiental na escola deve, assim como nas demais esferas organizacionais da vida humana, buscar novos valores culturais, traduzidos em ferramentas teóricas e ações práticas que, além de garantirem a eficiência econômica da gestão dos recursos financeiros, por exemplo, garantam também uma integração das áreas do conhecimento, possibilitando aos atores escolares uma nova atitude frente ao mundo.

2 A GESTÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS: DO CAMPO DAS CONTRADIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E ORGANIZACIONAL

Apesar dos esforços vigentes, a prática da gestão ambiental nas escolas tem se mostrado um campo de conflitos, configurado por contradições e repleto de desafios. As práticas da educação ambiental, formalizadas no Brasil em 25 de junho de 2002, a partir do decreto N° 4.281, o qual regulamentou a Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999, e instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental são exemplos do antagonismo a que nos referimos.

Ferramenta fundamental para o desenvolvimento de uma gestão educacional atrelada aos valores ambientais, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) apresenta diretrizes para o desenvolvimento da educação ambiental. O Art. 5° da PNEA afirma em seu texto:

Na inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, recomenda-se como referência os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais, observando-se: I – a transversalidade,

continuidade e a permanência³ II – A adequação dos programas vigentes de formação continuada de professores.

Na Política Nacional de Meio Ambiente, Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, tem-se que, conforme o art. 2º inciso X, a educação ambiental deve ser desenvolvida em “todos os níveis de ensino”. Carvalho (2006) apresenta-a como ação educativa, um ramo da educação⁴, responsável pela formação de atitudes e sensibilidades ambientais. A autora indica ainda que, de acordo com a legislação, são aspectos fundamentais a transversalidade, a continuidade e permanência, a interdisciplinaridade, a obrigatoriedade em todos os níveis de ensino e a composição em caráter de urgência e essencial ao ensino fundamental.

A práxis das normas da educação ambiental nas escolas, porém, revela contradições em sua aplicabilidade. Mais que indicar uma perda nas exigências das leis federais e estaduais que a instituíram, as práticas no espaço escolar evidenciam um quadro de descomprometimento e incoerência das várias esferas do poder público e de despreparo organizacional das unidades escolares no sentido de promover a transformação do ensino.

Nossas experiências na Escola Municipal Manoel Joaquim de Sousa, em Limoeiro-PE, tiveram grande importância para a argumentação aqui apresentada (Figuras 01, 02 e 03).

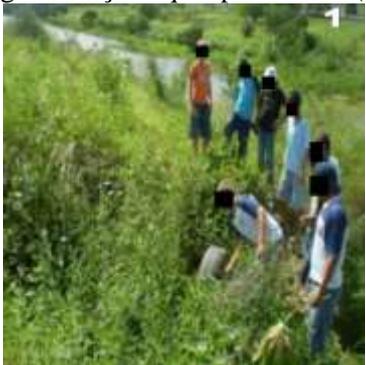


FIGURA 1 – Pneus retirados das margens do rio do Capibaribe em aula de campo na disciplina de Arte. Foto: João Paulo Aragão. 2008. **FIGURA 2 - Construção de bancos no pátio da escola com pneus reutilizados durante as aulas de EDHC. Foto: João Paulo Aragão. 2008.**

³ Grifo dos autores.

⁴ Mais um absurdo sob o nosso ponto de vista: a educação é por essência ambiental. Então, como pensar que a educação ambiental é um ramo da educação?



FIGURA 3 – Processo das atividades realizadas em campo e em sala de aula para montagem do “boi” com garrafas plásticas retiradas das áreas próximas da comunidade escolar e do rio Capibaribe. Foto: João Paulo Aragão. 2008.

A Escola Manoel Joaquim de Souza está localizada no interior do município de Limoeiro, Estado de Pernambuco, numa comunidade denominada “Duas Pedras”. A população de estudantes advém de famílias de classe média e pobre, com pais e mães trabalhadores rurais, comerciantes ou autônomos. Muitos alunos dividem as obrigações escolares com as necessidades básicas de sua família, dentre elas, o trabalho e os serviços domésticos.

Nossos esforços em levar para as aulas de Arte e Educação, Direitos Humanos e Cidadania (EDHC) reflexões e práticas que guiassem os atores escolares em uma reconstrução de saberes foram consideráveis. Realizamos inúmeros trabalhos de campo (Figura 01) cujo objetivo era o reconhecimento da comunidade escolar, e a identificação dos principais problemas ambientais no entorno da escola. Dentre os problemas percebidos, destacamos a questão da disposição indevida de lixo às margens do rio Capibaribe e nas áreas do entorno da escola. A intervenção dos alunos ocorreu a partir do reaproveitamento dos materiais selecionados (pneus e garrafas plásticas) nas aulas de Arte e EDHC. O reaproveitamento dos materiais coletados se deu em várias etapas, todas

realizadas durante as aulas citadas. Os pneus foram lavados e utilizados na montagem de bancos para o pátio da escola, carente de assentos para as crianças (Figura 02). As garrafas plásticas foram utilizadas especialmente na construção de brinquedos e artigos de decoração como, por exemplo, “os bois” (Figura 03). Porém, a busca pela sensibilização diante dos problemas ambientais enfrentados pela comunidade e para a conservação e melhoria do espaço físico da escola, com uma proposta interdisciplinar, foi preenchida por consideráveis empecilhos.

A inexistência de uma prática constante, voltada ao diálogo entre as disciplinas, nos diferentes níveis de ensino, evidencia um impasse à prática da transversalidade encontrado na escola trabalhada. Contrariasse, portanto, o Art. 5º da PNEA, segundo o qual “a transversalidade, continuidade e a permanência” configuram aspectos importantes. O exercício das mesmas exige, todavia, uma série de condições intra e extra escolares. Os professores, por exemplo, não dispunham de ferramentas e, conforme o que eles apontavam em relação às exigências advindas da Secretaria Municipal de Educação, de “*tempo para este tipo de trabalho*”. Boa parte deles trabalhava em mais de uma escola. Trata-se de uma necessidade para poder dispor de um orçamento suficiente para garantir o sustento familiar. Nesse contexto, o trabalho cotidiano da escola era baseado em eventuais projetos de curta duração e na exposição de aulas aos alunos, os quais, em muitos casos, frequentavam a escola em busca de interesses diversos além do “aprender”: por exemplo, a merenda ou, em outras palavras, a primeira refeição do dia. O quadro descrito é a realidade de muitos alunos.

A partir de tal panorama, cabe perguntar quais as propostas e ferramentas necessárias à mudança? Com certeza, as soluções não estão na realização de projetos internos e não integrados à realidade externa à escola; assim como a gestão dessa realidade também não se resume a escola e a seus atores.

De todo modo, Aranha (2006, p. 47) frisa que, no contexto em questão, “espera-se que o profissional da educação seja um sujeito crítico, reflexivo, um intelectual transformador, capaz de compreender o contexto social-econômico-político em que vive”, não se corrompendo frente às contradições e não se deixando levar pelo vício do “*é assim mesmo*”. A classificação “*tipo de trabalho*”, dada para a nossa proposta de interdisciplinaridade, em conversa com professores em exercício na escola onde trabalhava, já se mostra indicativa da falta de estímulos e

base crítica e/ou de tempo profissional dos que estavam envolvidos no âmbito da docência daquela escola. Tal como indica Morin (2006), a qualificação do profissional do ensino é necessária à superação das sequelas deixadas pelo crescimento ininterrupto do conhecimento, expressas, dentre outras marcas, pela fragmentação do saber. Além disso, a construção de condições de trabalho adequadas é importante para o coerente exercício da função. A vida escolar de alunos, professores e funcionários não está desligada da vida social.

Outro problema identificado foi a carência de conhecimento de trabalhos e ações mais atuais de gestão, demonstrada pela esfera administrativa e organizacional da escola. Os projetos nela desenvolvidos ganhavam caráter muito mais temporal e de “*atividade para nota*”, do que propriamente de formação cidadã. Apesar dos esforços e da grande comunhão entre os atores escolares, o aspecto pontual e descontínuo de tais projetos era evidente, fato mais do que confirmado pela ausência de propostas anteriores à nossa chegada e recorrente durante as barreiras enfrentadas em nossa permanência.

As dificuldades encontradas na escola que integramos, contudo, não se restringiam ao campo de atuação dos professores⁵ ou dos gestores escolares. As barreiras surgiam em virtude de problemas estruturais do sistema de gestão das escolas municipais. O referido sistema de gestão, por sua vez, é parte componente de uma rede mais ampla de falsas propostas de integração entre a escola e a sociedade e que incorpora outros municípios, outros estados e até mesmo outros países, com diferentes dosagens de dominação e descaso social. É na sociedade onde pensamos existir o maior de todos os estorvos: o desnivelamento social. O fator apontado ainda é o responsável pela saída prematura de muitos estudantes pobres da escola, sem mencionar que contribui negativamente para o processo de formação cidadã, o qual inclui o aluno na participação em atividades interdisciplinares, contínuas e com significativa ligação ao seu mundo externo, possibilitando novas leituras e trazendo para a própria escola as leituras que ele faz do mundo. Todavia, o diálogo desejado não aconteceu como deveria. A articulação deteve-se de forma dificultosa, com escassa juntura entre a escola e a secretaria municipal, e

⁵ Estes, com certeza, são vítimas das mazelas do sistema de ensino que, em vez de empregar um trabalhador libertador, escraviza um professor, sem tempo sequer para planejar suas aulas, já que se faz necessário trabalhar em pelo menos duas ou três escolas, nos três turnos diários, para receber o suficiente e viver em condições mínimas de sobrevivência com suas famílias.

de maneira descontínua, no que tange ao encerramento do projeto e à mudança da equipe de docentes que trabalhava na escola no fim do ano corrente. Os projetos vivenciados pela escola em destaque bem como as aulas de Arte e EDHC não tiveram continuidade.

Os problemas estruturais identificados em nossa vivência numa escola de nível fundamental não se resumem, contudo, ao nível da educação básica. Em uma ampla análise da gestão ambiental nas escolas, Dias (2006, p. 38) estabelece relações com o ensino universitário e aponta a contrária contribuição que os meios de nível superior têm oferecido para a perpetuação do panorama:

as universidades, catalisadoras do metabolismo intelectual, imersas em suas preocupações acadêmicas, focadas na produção científica para fins autopromocionais, ainda reagem de forma tímida, como se nada tivesse mudado. As suas práticas, em sua maioria, ainda revelam uma visão autocentrada, fragmentada e desconectada dos reais desafios sócio-ambientais da sociedade.

Por outro lado, Carvalho (2006, p. 24) salienta que nas universidades

tem sido expresso o crescimento dos cursos de formação de especialistas ambientais, tais como gestor, educador, analista, auditor, etc. Na pós-graduação stricto sensu, ou seja em nível de mestrado e doutorado, vêm-se estruturando os programas de pós-graduação, os quais, com diferentes ênfases ambientais, formam um conjunto multidisciplinar.

Diante do quadro apontado, que ainda permeia parcela significativa do ensino formal brasileiro, haveria a possibilidade de se criar estratégias efetivas para uma gestão ambiental nas escolas? De que forma mecanismos, tais como a educação ambiental, poderiam se constituir em início, meio e fim desse processo?

Para Genebaldo Freire Dias (2006), é objetivo afirmar que todas as instituições de educação e ensino já deveriam abrigar, em sua estrutura e função, uma política ambiental definida, com programas de educação ambiental como instrumento de gestão.

Todavia, Bigotto (2008, p. 38), em trabalho de dissertação que analisou o desenvolvimento de práticas de educação ambiental, lembra que a

educação ambiental está longe de ser uma atividade tranquilamente aceita e desenvolvida, pois ela implica em mudanças profundas,

principalmente nos modos de pensar e agir já consolidados pela modernidade, mas que quando é bem realizada, ela pode levar a mudanças de comportamento, atitudes e principalmente valores de cidadania que podem ter fortes influências sociais.

Mesmo assim, Dias (2006) sugere algumas etapas ou ações práticas que poderiam ser pensadas em conformidade com as necessidades da escola, para a criação de uma tipologia alternativa de sistema simplificado de gestão ambiental:

- ▶ Caracterização do perfil ambiental da instituição (materiais, valores, costumes, estrutura, função, dinâmica);
- ▶ Diagnóstico sócio-ambiental (indicar prioridades no momento do estabelecimento dos objetivos);
- ▶ Elaboração do projeto e estratégias (citando ainda os recursos técnicos e institucionais);
- ▶ Seleção dos indicadores para avaliação e estabelecimento de metas.

A proposta em discussão reforça a educação ambiental como importante elemento articulador entre a esfera educacional/organizacional e o campo ambiental que lhe é próprio, pois faz dialogarem a crise ecológica e as novas reflexões e concepções. A base da referida proposta está na construção de novos valores nos atores escolares a partir de sua vivência com o espaço escolar. Logo, criam-se possibilidades para a construção de um terreno mais firme e com horizontes voltados à formação de novos sujeitos... sujeitos ecológicos (CARVALHO, 2006).

Concordando com a ideia de que a escola necessita incorporar novas estratégias no âmbito organizacional e educacional, iremos, a seguir, propor duas categorias teóricas, a nosso ver, ferramentas necessárias para a consolidação das ações práticas da educação (como as listadas anteriormente), em um contexto amplo de gestão ambiental nas escolas. Não se trata de uma prerrogativa para a implantação de um projeto de educação ambiental ou para a elaboração de um sistema ao menos simplificado de gestão ambiental, mas de um suporte teórico e reflexivo acerca da gestão (ambiental) nas escolas, que pode ser consolidado e aprofundado em posteriores discussões.

2.1 A construção de categorias teóricas para uma nova atitude ambiental e para uma nova gestão e educação ambiental nas escolas

A educação ambiental, em sua matriz jurídica, pode ser considerada coerente com as demandas contemporâneas para a formação de um homem ecológico. Sua prática, no entanto, encontra-se lotada em um espaço utópico e ambíguo.

Apesar disso, acreditamos que ela pode iniciar nas escolas uma ação de dentro para fora, especialmente, no que tange a formação de sujeitos com atitudes ecologicamente pensadas. Para tanto, por parte de seus atores, precisa dar sentido às coisas, fazê-las perceptíveis aos olhos daqueles que as enxergam todos os dias e não daqueles que querem continuar a dominar. Conforme Libâneo et al (2005. p. 53), a escola contribui para o desenvolvimento de “*conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania*”. Propomos, então, o trabalho com duas categorias, que chamaremos aqui de “espaço da intelectualidade” e “espaço da praticidade”, buscando contribuir para a formação de atitudes e repensar valores a partir da visão daqueles que vivem a escola.

A nosso ver, o “espaço da intelectualidade” configura o imaginário abstrato de alunos, professores, gestores e funcionários da escola, construído com o desenvolvimento transversal e contínuo de uma educação ambiental efetivamente transversal e contínua, por meio de vivências de todos os atores escolares com a realidade circundante da própria escola, sendo necessária a interdisciplinaridade do currículo escolar, os debates com a comunidade, as palestras, entre outras ações. Esse espaço, que detém certa subjetividade é, todavia, materializado pelo e a partir do espaço físico da escola, que não é apenas referência dos atores escolares no dia a dia, mas é o espaço onde acontece a reflexão, os debates e o planejamento educacional e organizacional.

O “espaço da praticidade” expressa a vivência, que faz da escola uma instituição atuante na sociedade e que se expande além de seus muros e cercas, constituindo-se em um espaço da consolidação da escola enquanto parte componente da sociedade e, como tal, encharcada de compromissos para o processo de mudança das estruturas sociais. No âmbito das coisas materiais, trata-se do espaço do concreto, das ações nitidamente objetivas. É quando a prática, fundamentalmente reflexiva e teórica, advinda do espaço da intelectualidade, transforma-se em um

conjunto de ações práticas e ambientalmente positivas, como a elaboração de oficinas de arte, exposição, mutirões para manutenção e conservação dos equipamentos físicos da escola, compostos por alunos, professores, gestores e funcionários da escola, entre outras ações.

Acreditamos que, fazendo a ligação entre esses espaços, o do “intelecto” (expresso pelos sentimentos, pela reflexão teórica, pela percepção de mundo dos atores escolares) e o da “praticidade” (com sua exteriorização feita de modo direto no espaço físico da escola e na sociedade circundante), a escola muda seu modo de ser e agir. Além disso, deixa de ser fragmentada e inicia uma nova organização enquanto instituição ou empresa (pública ou privada) que também é.

A mudança em questão, que não pode ser superficial, pois é na essência estrutural, ambiental, que é capaz de trazer para a escola contribuições a sua gestão. No âmbito interno, têm-se como possibilidades o desenvolvimento da estrutura organizacional, a interatividade entre escola e comunidade, a eficiência e a responsabilidade sócio-ambiental. Criam-se as bases para um saber ambiental (LEFF, 2009), referenciado em novas identidades e interesses, de onde surgem os atores sociais que mobilizam a construção de uma racionalidade ambiental. No plano externo da gestão, as ações escolares entram em comum acordo com as funções sociais da escola e, em diálogo com a vida, é estabelecida uma convergência com os espíritos e as atitudes das pessoas que vivem a realidade do lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão ambiental, na condição de indutora da transformação social, não pode ser colocada à margem da função social da escola de formar indivíduos conscientes de sua realidade. A gestão ambiental pode contribuir com o conhecimento dessa realidade e para a instituição de novas posturas frente ao ambiente, a começar pelo próprio espaço escolar.

Os pontos positivos desta que, cedo ou tarde, tenderá a não ser mais uma opção de escolha, são inúmeros; aos já citados, podemos ainda acrescentar: boas relações escola – comunidade; fortalecimento da imagem e da participação no mercado; aprimoramento do controle de custos; redução dos incidentes que impliquem responsabilidade civil; demonstração de atuação cuidadosa; conservação de matéria-prima e energia; estímulo ao desenvolvimento e ao compartilhamento de soluções ambientalmente corretas; redução de gastos (energia elétrica, água, combustível, equipamentos, compras e outros); melhoria da

imagem institucional; conservação dos espaços físicos da escola e comprometimento com uma gestão ambiental demonstrável.

Os inúmeros desafios, reflexos das contradições políticas que retiram a vida prática de nossas leis, são barreiras consideráveis no caminho aqui trabalhado. Apesar disso, acreditamos que, quando a continuidade desses aspectos, no dia a dia escolar, e a socialização de experiências semelhantes à mencionada começarem a fazer parte de nossos comportamentos e constituírem-se em ações articuladas em todo o ensino, transbordando para as micro e macrorrelações sociais, os homens estarão mais próximos de seu verdadeiro patamar no orbe terrestre: o de integrantes naturais e racionais do ambiente.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. de A. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Moderna, 2006.

BIGOTTO, A. C. *Educação Ambiental e o desenvolvimento de atividades de ensino na escola pública*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2008.

CARVALHO, I. C. de M. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2006.

D'AVIGNON, A. L. A. Sistemas de gestão ambiental e normalização ambiental. Segmento da apostila utilizada no curso sobre Auditorias Ambientais da Universidade Livre do Meio Ambiente. Curitiba: ULMA, 1996. In: ALPERST, G. D; QUINTELLA, R. H; SOUZA, L. R. Estratégias de gestão ambiental e seus fatores determinantes: uma análise institucional. *Rev. adm. empres.* vol.50 no.2 São Paulo Apr./June 2010.

DIAS, G. F. *Educação e Gestão Ambiental*. São Paulo: Gaia, 2006.

GOVERNO FEDERAL. *Política Nacional de Educação Ambiental*. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 15 maio de 2011.

_____. *Política Nacional de Meio Ambiente*, Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: 15 maio de 2011.

LEFF, E. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F; TOSCHI, M. S. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2005.

MORIN, E. *A cabeça bem feita: repensar a reforma e reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.